

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17179 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 21 - Trabalho e Educação

A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO ASSOCIADO E AUTOGESTIONÁRIO EM INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Josiane Roberta Krebs - UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Maria Clara Bueno Fischer - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Agência e/ou Instituição Financiadora: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

## **A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO ASSOCIADO E AUTOGESTIONÁRIO EM INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**RESUMO:** A pesquisa, que está situada no campo Trabalho-Educação e embasada no materialismo histórico dialético, tem como problemática a formação para o trabalho associado e autogestionário em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e como objetivo analisar como as relações entre teoria e prática para o trabalho associado e autogestionário acontecem em ações de ensino, pesquisa e extensão de IFs, a partir do estudo de caso do Programa EcoViamão. Os procedimentos metodológicos estão organizados em duas etapas. Na primeira foi realizada análise de documentos dos IFs onde concluiu-se que a concepção e as diretrizes autodeclaradas indicam potencialidades dos IFs para contribuir com a formação para o trabalho associado e autogestionário e disputar hegemonia no projeto de educação com o capital. Na segunda etapa foram analisados documentos do Programa EcoViamão, além da observação participante e entrevistas, onde conclui-se que a indissociabilidade entre a extensão, a pesquisa e o ensino é fundamental considerando que esta formação nos IFs inicia e tem força na extensão. Isso implica na necessidade de superar desafios relacionados com a organização do processo de construção do conhecimento onde acontecem projetos de extensão, pesquisa e ensino que nem sempre dialogam com a construção do currículo dos cursos regulares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho associado e autogestionário. Institutos Federais. Economia Solidária.

Iniciamos este texto ressaltando a problemática central da pesquisa: a formação para o trabalho associado e autogestionário em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Ao trazermos esta problemática para discussão, lembramos que vivemos em uma sociedade marcada pela luta de classes, na qual nos deparamos com inúmeros desafios relacionados à superação das desigualdades sociais e, portanto, à emancipação da classe trabalhadora. Nesse contexto, assumimos um compromisso com a construção de uma sociedade mais justa. Para tanto, precisamos pensar em outras relações sociais, na perspectiva de instituir outros modos de vida que permitam que a produção dos meios materiais

necessários para a existência humana seja pautada no trabalho associado e autogestionário.

Para isso, é importante compreender o trabalho no seu sentido ontológico, como condição constitutiva da vida dos seres humanos, de maneira que “o trabalho transforma os bens da natureza ou os produz para responder, antes de tudo, às suas múltiplas necessidades” (Frigotto, 2002, p. 12). Ressaltando, como dito por Lukács (1978), que, pela ação consciente do trabalho, os seres humanos criam e recriam sua própria existência.

Nesse sentido, para compreender a relevância da formação para o trabalho associado e autogestionário na construção de outro projeto de sociedade, é necessário refletir sobre o que é o trabalho e quais são as suas formas de organização, considerando que no senso comum está naturalizado o trabalho capitalista, ou seja, o trabalho explorado pelo capital sob a forma de emprego – trabalho assalariado – ou na lógica do empreendedorismo individual.

Fischer, Pereira e Tiriba (2013, p. 70) nos dão suporte nessa discussão dizendo que

“[...] os jovens devem ser considerados como sujeitos de direitos, entre os quais o direito ao trabalho associado”. As autoras complementam dizendo que em uma perspectiva distinta da ‘empregabilidade’ e do ‘empreendedorismo’, ou seja, em um horizonte que busca contrariar a lógica do sistema capital, entende-se que as experiências de trabalho associado incorporam dimensões objetivas e subjetivas, de cunho emancipador, nos processos de construção de liberdade e autonomia (Fischer; Pereira; Tiriba, 2013, p. 70).

Novaes (2018, p. 153) também contribui para essa reflexão quando nos diz que “o trabalho associado é um princípio educativo fundamental, na medida em que supera – embrionariamente – o trabalho alienado. ”

Ao estudarmos sobre o trabalho associado e autogestionário, no Brasil, nos aproximamos da economia solidária, considerando que esse campo concentra, neste momento histórico, experimentações de trabalho associado e autogestionário que vêm se reconhecendo e se organizando.

Nesse contexto, um eixo relevante das nossas pesquisas é a educação/formação para o trabalho associado ou para a economia solidária. A partir dos nossos estudos, temos identificado que essa educação/formação acontece por diversos caminhos: no próprio processo de trabalho, na relação com os movimentos sociais e, também, através das instituições escolares. Como dito por Machado (2023, p. 12), integrar o trabalho à educação escolar corresponde a preenchê-la com a prática social mais global, compreender a produção do saber e da cultura como um acontecimento da práxis, antenar e ligar os processos educativos com a produção material da existência humana.

Assim, partindo da relação das instituições escolares com a formação para o trabalho associado e autogestionário, este estudo tem como campo de pesquisa os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnológica (IFs) e como objetivo analisar como as relações entre teoria e prática para o trabalho associado e autogestionário acontecem em ações de ensino, pesquisa e extensão de IFs, a partir do estudo de caso do Programa EcoViamão, particularmente das ações desenvolvidas entre o Campus Viamão do IFRS e o Assentamento

Filhos de Sepé.

Os IFs, criados em 2008 pela Lei nº 11.892, autodeclaram em seus documentos orientadores que:

[...] reservam aos protagonistas do processo educativo, além do incontestável papel de lidar com o conhecimento científico-tecnológico, uma práxis que revela os lugares ocupados pelo indivíduo no tecido social, que traz à tona as diferentes concepções ideológicas e assegura aos sujeitos as condições de interpretar essa sociedade e exercer sua cidadania na perspectiva de um país fundado na justiça, na equidade e na solidariedade (Brasil, 2010, p. 18).

No mesmo documento, consta que “o diálogo vivo e próximo dos Institutos Federais com a realidade local e regional objetiva provocar um olhar mais criterioso em busca de soluções para a realidade de exclusão que ainda neste século castiga a sociedade brasileira [...]”. (Brasil, 2010, p. 20). Esses trechos demonstram o compromisso autodeclarado dos IFs em buscar a construção de uma outra sociedade, o que nos instiga a investigar sobre a formação para o trabalho associado e autogestionário em IFs, considerando as relações teórico-práticas nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

É relevante compreender que os IFs, conforme sua lei de criação, têm por finalidade ofertar educação profissional e tecnológica, desenvolvendo, além de cursos regulares, pesquisa e extensão (Brasil, 2008). Nesse sentido, ações de ensino, pesquisa e extensão fazem parte do funcionamento natural da instituição e compõem o conjunto de atribuições de seus professores (Brasil, 2012b).

Ao serem apontadas nos documentos as premissas que orientam o processo de formação a partir da nova concepção de Educação Profissional e Tecnológica que surge com a criação dos IFs, está autodeclarado que:

[...] a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 2010, p. 6-7).

Logo, para refletir sobre a formação para o trabalho associado e autogestionário em IFs, precisamos atentar para essas ações, preferencialmente olhando com a lente da indissociabilidade, pois, segundo Maciel (2017) o contexto histórico da indissociabilidade está relacionado à necessidade de aproximação da academia com a sociedade e à tentativa de diminuir o distanciamento entre os saberes científicos e os saberes populares.

Essa compreensão não se restringe a uma questão conceitual ou legislativa, mas é, fundamentalmente, epistemológica e político-pedagógica, uma vez que está relacionada a uma função social e se constituiu, historicamente, vinculada aos projetos nacionais de educação. Como dito por Couto (2020, p. 34),

as ações pedagógicas indissociáveis se traduzem como práticas contra-hegemônicas se em sua essência forem planejadas com esse propósito, dentro de uma perspectiva de

conhecimento, que vai ao encontro da concepção de conhecimento do materialismo histórico dialético, no que se refere, em especial, à relação teoria e prática.

Trazemos essas reflexões sobre concepção e diretrizes dos IFs autodeclaradas em documentos e sobre a indissociabilidade para demonstrar que existem elementos que aproximam os IFs dos princípios do trabalho associado e autogestionário. Entre essas aproximações, destacamos: o vínculo com o território, o trabalho como princípio educativo e a formação humana integral.

Na Recomendação nº 08/2012, publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com diretrizes para a formação e a assessoria técnica em economia solidária, além de constar, entre os princípios do percurso formativo, o território como ponto de partida da imersão na realidade e a investigação como produção de conhecimento, está autodeclarado que

[...] a economia solidária reconhece o trabalho como princípio educativo na construção de conhecimentos e de outras relações sociais. Assim, as ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias e solidárias, são fundamentadas na perspectiva emancipatória de transformação dos sujeitos e da sociedade. Do mesmo modo, a formação e a assessoria técnica são processos inerentes à educação em economia solidária e, portanto, compartilham dessa mesma concepção (Brasil, 2012a, p. 7).

Assim, a partir da contextualização da problemática e do referencial teórico-metodológico que embasa as discussões e análises sobre a formação para o trabalho associado e autogestionário em IFs, para a construção dos resultados foram realizados dois movimentos. No primeiro, buscou-se identificar a aproximação dos IFs com a temática da formação para o trabalho associado e autogestionário. Para tanto, foi realizado um levantamento de teses e dissertações e foram analisados documentos da Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), da qual os IFs fazem parte.

Nesta etapa identificamos que a concepção, as diretrizes, as características e as finalidades autodeclaradas nos documentos indicam potencialidades dos IFs, em articulação com os movimentos sociais, para contribuir com a formação para o trabalho associado e autogestionário e disputar hegemonia no projeto de educação com o capital. Também, identificamos que as experiências formativas para o trabalho associado e autogestionário nos IFs acontecem especialmente nos programas e projetos de extensão.

A partir desta constatação passamos a problematizar sobre como fazer com que os saberes e valores que circulam nas ações de extensão não fiquem restritos aos participantes dos programas e projetos, mas que façam parte das agendas de pesquisa e ensino concretizando a indissociabilidade.

Assim, na segunda etapa da pesquisa, através de documentos, observação participante e entrevistas, analisamos a experiência do Programa Ecoviamão que é cadastrado e reconhecido como um programa de extensão, mas que envolve também de forma concreta ações de pesquisa e ensino, se constituindo organicamente como um processo formativo no

Campus Viamão do IFRS. Das análises, que ainda são parciais, destacamos a relevância da indissociabilidade entre a extensão, a pesquisa e o ensino na formação para o trabalho associado e autogestionário, considerando que pela materialidade histórica e organizacional esta formação nos IFs inicia e tem força na extensão.

Isso implica na necessidade de superar desafios relacionados com a organização do processo de construção do conhecimento nos IFs onde acontecem programas e/ou projetos de extensão, pesquisa e ensino que nem sempre dialogam com a construção do currículo dos cursos regulares.

Da análise do Programa EcoViamão destacamos a integração dos saberes técnico-produtivos e ético-políticos proporcionada especialmente pelas experiências dos participantes da pesquisa para além das atividades inerentes ao Programa EcoViamão, marcadas pela participação ativa em movimentos sociais e na construção de políticas públicas, que tensionam o processo formativo e ocupam espaços na pesquisa e no ensino regular, ampliando as experiências formativas de outros estudantes e servidores do Campus o que pode contribuir para a produção da cultura do trabalho associado e autogestionário.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Recomendação nº 08, de 04 de julho de 2012**. Princípios e diretrizes político-metodológicos para orientar os planos, programas e ações de formação e assessoria técnica em economia solidária. Brasília: MTE, 2012a.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: Congresso Nacional, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Brasília: Congresso Nacional, 2012b.

COUTO, Andressa Freire Ramos. **A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na EPT: uma proposta para o planejamento integrador no IFES – Campus Colatina**. 2020.

FISCHER, M. C. B.; TIRIBA, L.; PEREIRA, A. Juventude, associativismo e economia solidária: “não é por centavos, é por direitos”. **Mercado de Trabalho**, v. 55, p. 69-76, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A dupla face do trabalho: Criação e destruição de vida. *In*: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. (orgs.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**, v. 4, p. 1-18, 1978.

MACHADO, L. R. O trabalho como referência para a formação e a democracia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 23, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15167>. Acesso em: 17 jul. 2024.

MACIEL, Alderlândia da Silva. **A Universidade e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: utopia ou realidade**. Rio Branco: Edufac, 2017.

NOVAES, Henrique Tahan, *et al.* **Mundo do trabalho associado e embriões de educação para além do capital**. Marília: Lutas Anticapital, 2018.